

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS- CESP
LICENCIATURA EM HISTÓRIA.

***VANDA WITOTO E TXAI SURUÍ: CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA
HISTÓRICA DE DUAS MULHERES INDÍGENAS, ATIVISTAS NA
CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA.¹***

Alice de J. Silva Reis²
Arcângelo da S. Ferreira³

Resumo: A trajetória histórica de mulheres indígenas é marcada por muita luta e resistência, posto que há muito o seu papel na sociedade foi limitado ao lar, como mãe e doméstica. A partir desta condição imposta, começaram a se formar reivindicações que levaram a criação dos primeiros movimentos de mulheres indígenas, nas últimas décadas do século XX. Dito isso, a presente pesquisa foi desenvolvida para entender esse processo de luta de integração das mulheres indígenas, partindo da análise das trajetórias de duas ativistas, que atuam no contexto do ativismo político e ambiental, respectivamente: Vanda Witoto e Txai Suruí. Para isso, consideramos a metodologia de História Oral, para compor o corpus de análise, mas também para viabilizar as falas das mulheres em questão. Outrossim, realizamos a pesquisa bibliográfica e documental, as quais possibilitaram o acesso a diferentes fontes e a determinadas reflexões acerca da temática aqui escolhida. Conhecer histórias de vida daqueles que se dedicam a modificar o cenário ainda desigual, para um justo e equitativo, entendendo assim os enfrentamentos de toda uma minoria, é importante e necessário, uma vez que nos leva a entender seus alcances e suas ainda reivindicações que são diversas, em uma sociedade predominantemente machista e patriarcal.

Palavras-chaves: Vanda Witoto; Txai Suruí; mulheres indígenas; ativismo político e ambiental; movimentos sociais indígenas; contemporaneidade brasileira.

“A compreensão dos homens que nos representam fora da aldeia, às vezes não trazem essa compreensão do universo feminino, das mulheres. E há essa necessidade da mulher ser escutada fora desse espaço, essa mulher precisa levar uma demanda que atravessa unicamente suas vivências.” (WITOTO, 2021)

“Como nós chamamos esse planeta, se não de Mãe-Terra? Ou seja, a gente sabe muito bem como cuidar dele. As mulheres indígenas dão um show de força e resistência.” (SURUÍ, 2022)

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura em História, pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). (Ingresso: 2020/1; Conclusão: 2023.2.)

² Graduanda do 8º período do curso Licenciatura Plena em História, no Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas (CESP/UEA).

³ Dr. em História Social na Amazônia (PPHIST/UFPA). Professor de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas (CESP/UEA).

Considerações iniciais.

Desde a chegada dos colonizadores europeus a trajetória dos povos indígenas foi marcada por muita luta e resistência. A violência sofrida por esses povos é presente ainda nos dias de hoje: suas terras são invadidas, muitas vidas são tiradas, seus direitos não são efetivados e suas necessidades pouco atendidas.

Durante séculos os povos indígenas viveram invisibilizados, socialmente pelo preconceito propagado de diversas formas pela sociedade, e juridicamente pela inexistência de leis que consolidassem seus direitos, bem como sua cidadania até a Constituição Federal de 1988. Decorrente do processo histórico de colonização marcado pela violência e repressão dos povos originários, a estrutura da sociedade é predominantemente desigual e discriminatória.

Nesse cenário, surgem os movimentos sociais indígenas⁴, que buscam a conquista dos direitos dos povos que vivem sob ameaças de perder suas terras, e até mesmo suas vidas. Dentro desses movimentos, existem as mulheres indígenas, um seguimento ainda menos assistido. Acerca do lugar das mulheres na sociedade contemporânea, e por extensão nas narrativas históricas, Perrot (2007, p.16) assevera: “As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal”, a fala de Perrot se relaciona a uma variedade de contextos, no entanto, o peso desses desafios se desdobram quando chegamos à realidade da mulher indígena, que possuem enfrentamentos duplos, de caráter étnico e também de gênero.

Ainda que ocultas da história há muito elas cumprem papéis fundamentais na sociedade. Inseridas em um cenário voltado para a criação dos filhos, cuidados com a casa, cultivo de suas roças. Nos movimentos sociais, no entanto, sua presença ainda é muito recente. Somente na década de 1980, foram notadas as primeiras participações de mulheres indígenas. Até então, as mulheres acreditavam que não podiam ocupar muitos lugares, porque toda sua criação foi baseada em ideais que descredibilizam sua capacidade de contribuir com os diversos aspectos sociais e políticos.

⁴ Foi só nos anos de 1970, com a política expansionista da Ditadura Militar que os movimentos sociais indígenas se consolidaram no Brasil, como forma de resistência à perseguição e violência praticada contra os povos pelo estado. Conferir em: ZOIA, Alceu. **O movimento social indígena e a conquista da escola intercultural**. Revista Observatório, Palmas, v.7, n.1, p. 1-13. Março, 2021.

Diante dessa constatação, este artigo pretende analisar a trajetória histórica de duas mulheres indígenas: Vanda Witoto e Txai Suruí, a fim de entender o cenário que a mulher indígena é inserida, bem como seus desafios no contexto político e social, especialmente no cenário do ativismo indígena, e enfatizar a sua importância para a conquista dos direitos dos seus povos. O interesse de trabalhar essa temática surgiu após o conhecimento das trajetórias de mulheres que dedicam suas vidas a uma luta que nos dias de hoje ainda é banalizada e pouco enfatizada, mesmo com tantos enfrentamentos evidenciados nas mídias sociais.

Considerando a temática, é interessante pensar nas nuances existentes ao analisar trajetórias de vidas, Bourdieu (2006) define a tarefa de lidar com a história de vida de um indivíduo como complexa e ilusão biográfica, uma vez que a referida empreitada gira em torno de conhecimento de diferentes experiências que podem ou não estar ligada a expectativa do leitor, sendo assim, existem narrativas que podem ter uma interpretação diferenciada ou mesmo criada para atender uma perspectiva específica mas não completamente real. Dado isso, a pesquisa insiste em transmitir as presentes trajetórias analisando fontes secundárias que retratam a realidade de duas mulheres indígenas no Brasil contemporâneo, de modo que seja possível captar com verdade, a essência e importância do ativismo político no qual estão envolvidas, sem considerar questões dominadas pela história tradicional que ainda inviabilizam trajetórias como a de Vanda e Txai.

Iniciaremos nossa reflexão com Vanda Ortega Witoto. Amazonense indígena da etnia Witoto, povo originalmente da Colômbia, que em meados de 1930 migrou para o Brasil e hoje se encontra na região do Alto Rio Solimões, no Amazonas. Vanda Witoto é uma ativista dos movimentos indígenas. Como estudante de pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas, é uma importante integrante do Movimento dos estudantes indígenas do Amazonas (MEIAM)⁵. Na política, Witoto foi uma candidata que se destacou nas eleições de 2022, filiada ao partido Rede Sustentabilidade,

⁵ O Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam) é formado por estudantes de diversas etnias do estado, sediados no bairro Parque 10, zona centro-sul da capital. O movimento é responsável por articular reivindicações que viabilizem o ingresso de indígenas nas Universidades. As reservas de vagas indígenas na UEA foram implantadas após mobilização desse movimento. Conferir em: ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. **A presença indígena no Ensino Superior: A experiência da Universidade do Estado do Amazonas**. Anpuh, Florianópolis, p. 1-14, 2015.

concorreu à deputada federal. Desenvolveu propostas a partir das perspectivas dos povos indígenas, bem como suas reivindicações, de modo que toda sociedade fosse incluída em seu plano de governo.

Depois narraremos sobre Txai Suruí, da etnia Paiter Suruí de Rondônia. Txai é ativista ambiental, estudante de direito, filha de pais ativistas, Ivaneide Cardozo e o cacique Almir Suruí. Foi a única brasileira e indígena a discursar na Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, em 2021. Desde muito nova se integra a movimentos que defendem os direitos dos povos originários, sobretudo quando se fala em proteção da floresta.

Como dito em linhas acima, buscamos aqui elaborar uma narrativa elucidando a trajetória histórica dessas duas mulheres. Esclarecendo aspectos de suas lutas pelo lugar da mulher indígena na sociedade brasileira. Nesse sentido, é de Witoto o seguinte depoimento:

Nosso dever como mulheres indígenas e como lideranças é fortalecer e valorizar nosso conhecimento tradicional, garantir os nossos saberes, ancestralidades e cultura, conhecendo e defendendo nosso direito e honrando as memórias que vieram antes de nós. (WITOTO, 2020)⁶

A fala de Witoto sintetiza aquilo que as mulheres indígenas buscam a partir de suas mobilizações. Além da efetivação dos seus direitos que incluem reconhecimento e inclusão, especialmente na política. Sua luta é pensada para seu povo, que vive em muitos aspectos, esquecido e negligenciado, comprometendo toda sua ancestralidade, considerando os ataques e repressão que sofrem.

Analisar essas trajetórias, entender suas lutas, e enfatizar a importância que elas possuem para os movimentos sociais na contemporaneidade são questões essenciais para que o cenário que agride e negligência os povos originários, seja mudado. É nossa intenção trazer essa temática a lume, portanto. Assim, vale reafirmar que este artigo lança mão da metodologia da história oral, entendendo que este método de análise viabiliza a fala de mulheres que representam os povos originários, os quais articulam suas lutas no tempo presente, contudo, com base em uma tradição milenar: cultural, política e social.

⁶ Trecho retirado de entrevista concedida ao site Vogue: “Vanda Ortega, do povo Wiloto, na Vogue de setembro: “Demarcação já!”. Disponível em: < <https://vogue.globo.com/amp/atualidades/noticia/2020/09/vanda-ortega-do-povo-wiloto-na-vogue-de-setembro-demarcacao-ja.html> >

Ao longo da pesquisa foi preciso enfrentar desafios em torno da realização de entrevista, o que dificultou o desenvolvimento da metodologia na pesquisa, no entanto, as ferramentas tecnológicas foram instrumentos fundamentais para que esses impasses fossem minimizados. Desse modo, foi possível realizar uma entrevista com a indígena Vanda Witoto, o que representou um material essencial para a construção do presente artigo, além do apoio encontrado em diversas outras entrevistas existentes nas redes virtuais de comunicação e informação, especialmente quando analisamos a trajetória da indígena Txai Suruí.

A entrevista com a ativista Vanda Witoto, que sustenta parte da pesquisa foi realizada a partir do entendimento sobre a importância da metodologia com Alessandro Portelli (2010), que define o uso da história oral como uma tomada de poder a determinada pessoas, muitas das vezes invisibilizadas social e politicamente, pois através do uso da oralidade como fonte de pesquisa, oportunamente os discursos das referidas pessoas vem à baila, contundentemente. Dito corretamente, a história oral estabelece condições de possibilidade para que as pessoas, entrevistadas, usem o seu lugar de fala, o qual é também de cultura, de luta social e política, para elucidarem suas memórias, significativas para a construção do saber histórico, aqui, sobre a trajetória histórica e relações de gênero relativo às mulheres indígenas.

Portelli (2010) pontua que a História Oral é determinante e precisa porque viabiliza o acesso às vozes que não são ouvidas, assim podendo torná-las públicas. A respeito dos estudos em torno dos saberes ancestrais, a história oral como metodologia de pesquisas feitas em comunidades tradicionais ou a partir da trajetória de indígenas, como é o caso dessa pesquisa, cumpre um papel ainda mais fundamental, em virtude dos conhecimentos, saberes, costumes e vivências que são registrados, e assim não serão perdidos (STANISK; FLORIANE; SILVA, 2015).

Em torno disso é interessante pensar o que é essa memória que abarca esse saber e permite a transmissão de geração pra geração. Pierre Nora (1993) nos diz:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.

Ao contrapor História e Memória, Nora (1993) pontua a essência da memória como fonte viva, mas que está sujeita a esquecimentos, lidando com uma crise vinda do

que a História representa, o que ele descreve como deslegitimação do passado. É relevante pensar a História Oral, como instrumento da história que tende a preservar essa fonte de memória, ainda que possa ser manipulada pelos conceitos descritos pela história, uma vez que se não feita, não será possível pensar ou mesmo conhecer saberes passados.

Igualmente a História Oral, as fontes secundárias que apoiaram os conceitos trabalhados ao longo da pesquisa se apresentaram como uma metodologia fundamental, uma vez que complementou as vozes no trabalho, de modo a contextualizar o processo de luta para a integração das mulheres indígenas nos mais diversos espaços de relevância política e social. Nesse sentido, ocorreu a pesquisa em fontes escritas, essencialmente, artigos, entrevistas publicadas em mídias, paralelo a isso, recorreremos à pesquisa bibliográfica. Também à historiografia especializada a partir de autoras e autores que desenvolvem obras voltadas sobre a temática de Gênero, etnia, política e Brasil contemporâneo, como por exemplo, Michelle Perrot e Ricardo Verdum.

As primeiras mobilizações de mulheres indígenas e o impacto de suas articulações na contemporaneidade.

No final dos anos de 1980, a Constituição Federal representou um marco importante para os povos indígenas, visto que até sua criação os indígenas eram considerados seres primitivos e selvagens. Somente com as leis passaram a ser vistos como cidadãos que possuem direitos. O artigo 231 reconhece os índios e suas organizações sociais, bem como seus costumes, línguas, crenças e tradições, além de prevê os direitos as suas terras. Apesar de significar um avanço, a efetivação dessas leis até os dias de hoje fazem parte ainda da luta dos povos.

O direito aos seus territórios é a base das reivindicações dos povos indígenas, visto que as terras são constantemente alvos de invasões daqueles que buscam um crescimento do agronegócio⁷, por exemplo, o que significa uma violência contra os

⁷ O agronegócio envolve todas as atividades econômicas relacionadas ao comércio de produtos agrícolas. Uma vez que trata de demandas econômicas baseadas na expansão de atividades como agricultura e pecuária, representa também um problema no que se refere aos territórios de comunidades tradicionais, visto que são esses os espaços explorados nesse comércio. A consequência se dá em conflitos territoriais, em que os povos precisam lutar pelas suas terras que são alvos daqueles que buscam desenvolvimento econômico não sustentável, e possuem acima de tudo, recursos para invadir os territórios. Além de causar impactos ambientais alarmantes. Conferir em: SOUZA, José Gilberto de. **A questão indígena: acumulação por espoliação e monopolização do território (a economia política do agronegócio).** Revista Prima Facie, João Pessoa-CCJ-PPGCJ-UFPB 12 (22), 1-42, 2014.

nativos que afeta diretamente as florestas e as riquezas ambientais. Ou seja, a criação de leis a partir da constituição de 1988, não consolidou os direitos dos povos indígenas.

Em 2023, os povos indígenas tiveram que lidar com intensos impasses provenientes da não consolidação dos seus direitos, específico a questão territorial. O Marco Temporal, levado ao congresso e em seguida ao senado, é uma tese que torna possível somente a demarcação de terras indígenas ocupadas pelos originários no dia da promulgação da Constituição Federal. O então Presidente Lula vetou parcialmente a tese, no entanto, o congresso derrubou o veto, fazendo valer o projeto⁸.

Nesse contexto de luta, as mulheres indígenas, organizadas pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), realizaram a III Marcha das Mulheres que levou as ruas de Brasília mais de 8 mil mulheres que ecoavam suas vozes contra o Marco Temporal, além de reivindicarem temas como a igualdade de gênero e conservação dos biomas (CENÇO, 2023). A crescente visibilização dos movimentos sociais indígenas dentro desse contexto da busca pelos seus direitos possibilitou avanços, inclusive nas questões de gênero, logo mulheres puderam se integrar a essas mobilizações. Essa participação faz parte de um processo de resistência, uma vez que ainda é recente e só foi de fato efetivada nas últimas décadas do século XX.

Conforme afirma Verdum (2008) os primeiros movimentos sociais formados por mulheres indígenas surgiram no Amazonas, a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) foi a primeira a se formar na capital do estado, em Manaus, seguido da Associação das Mulheres indígenas de Taracará, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT), ambos criados na década de 1980. Também foi na Amazônia que surgiu o primeiro Departamento de mulheres dentro de uma organização regional no Pará em 2001, reivindicando um espaço específico para as demandas das mulheres indígenas. Em 2002 aconteceu o I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira que consolidou o Departamento de Mulheres Indígenas (DMI) dentro da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), efetivando as suas demandas dentro do movimento indígena, bem como nas políticas públicas em si. Até hoje a Amazônia é onde se concentra o maior número de organizações de mulheres indígenas.

⁸ CAVALCANTE FILHO, João Trindade. "Marco Temporal" das Terras Indígenas e a discussão de aspectos jurídicos do Projeto de Lei nº 2.903, de 2023. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Junho 2023 (Texto para Discussão nº 318). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>.

É fato que a presença de mulheres indígenas em espaços sociais e políticos ainda é pouco sentida. Em muitos âmbitos ainda existe a segregação que despreza e diminui a voz e o direito da mulher originária, nesse sentido, as demandas dessa minoria ainda são crescentes. As suas demandas sempre foram pensadas a partir do coletivo de sua comunidade. De acordo com Verdum (2008) no início das articulações as mulheres eram acompanhadas de seus pais ou maridos, com o tempo e consolidação do movimento feminino nos de 1980, começaram a surgir as primeiras discussões voltadas para a questão de gênero, de modo que a formação social começasse a ser questionada e assim desconstruída, uma vez que as mulheres ainda ocupavam espaços bastante inferiores. Houve um amadurecimento da consciência política e social das organizações femininas, de modo que sua base se formasse também a partir de algo específico das mulheres indígenas, como a violência familiar e interétnica, a saúde reprodutiva, a soberania alimentar, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos. Como nos diz Verdum, (2008, p. 9):

Ao mesmo tempo em que passam a participar das discussões e das campanhas reivindicatórias mais gerais dos indígenas com o Estado brasileiro (como o direito territorial; o direito à saúde; o direito à educação escolar adequada; o direito a um ambiente saudável (...)) as mulheres trazem novas pautas e preocupações. Enriquecem o debate interno do movimento, trazendo para o coletivo as avaliações e demandas dos espaços específicos em que atuam como mulheres.

A priori, as mulheres lutavam pelo acesso aos seus direitos mais básicos, que por muitos anos lhes foi negados ou pouco priorizados, como o acesso à educação, à saúde básicos e direitos que visassem uma melhoria nas suas condições de vida. Com o tempo, no entanto, se tornou evidente as desigualdades em outros aspectos, como o de gênero, logo, as mulheres indígenas passaram a ter consciência de que eram subjugadas pelo seu sexo, tendo desse modo, muitos dos seus direitos tirados, como consequência dessa estrutura social desigual que recua séculos.

O desafio enfrentado por mulheres indígenas é duplo, considerando o fato de precisarem lidar com a desigualdade de gênero e étnica. São mulheres e indígenas que resistem a uma estrutura social que silencia suas vozes e negligencia sua capacidade de ocupar espaços públicos. A problemática em torno do contexto de gênero é abrangente, uma vez que as mulheres indígenas, muitas vezes enfrentam diversos desafios dentro de seus próprios territórios. Lasmar (1999) pontua que a invisibilidade das mulheres indígenas é um caso específico da invisibilidade dos próprios índios, levada pela categoria étnico e racial. No caso das mulheres, também de gênero.

Esses desafios são amplos uma vez que a estrutura desses espaços ainda guarda heranças de uma estrutura anterior a colonização, com o poder concentrado nas mãos dos homens. É uma realidade vivida em diversas aldeias, onde mulheres são abusadas e quando denunciam correm risco de perder sua vida.⁹

Esses desafios relacionados especificamente a violência doméstica e sexual, sofrida pelas mulheres indígenas, representam uma parte dos inúmeros que fazem parte da luta dessa minoria. Quando falamos até mesmo de abordagens coletivas que estão ligadas a sociedade de modo geral, as mulheres continuam sendo a parte mais afetada. Quando chegamos nas questões climáticas, por exemplo. Nesse sentido, Miranda e Barroso, afirmam (2023, p. 6):

O peso da emergência climática que amplia as desigualdades sociais é cotidianamente mais suportado pelas mulheres, que geralmente dependem mais dos recursos naturais coletivos e estão mais expostas à sua escassez e às diversas violências. Dar voz às mulheres amazônicas nas arenas internacionais que discutem a emergência climática é reconhecer o protagonismo delas na resistência e lutas pela vida no planeta.

O mundo contemporâneo enfrenta mudanças climáticas drásticas, que impactam a vida de todos consideravelmente, no entanto, é fato que existem grupos ou minorias que são afetadas ainda mais do que outros com as consequências desse problema ambiental. As mulheres são um exemplo, à medida que essa minoria é impactada, a sua participação em articulações que lutam contra as ameaças ambientais, também é crescente. A COP¹⁰ 27 teve participação feminina, resultante de painéis específicos, como “Mulheres na ação climática”, o que mostra que os impactos que afetam diretamente as mulheres são expressivos e traz a necessidade dessas discussões serem feitas a partir das perspectivas femininas (MIRANDA, 2023; BARROSO, 2023).

Os desafios a serem enfrentados pelas mulheres são determinados pela estrutura social historicamente machista, patriarcal e misógina. Os estereótipos dados a mulher indígenas, essencialmente aqueles que sexualizam-as, ainda são propagados e dificultam

⁹ Das práticas às representações, as mulheres indígenas, historicamente, foram violadas de seus direitos. Testemunho disso aparece nas narrativas literárias e históricas. Por muito tempo a historiografia e a literatura brasileira reforçaram o estereótipo atribuído à mulher indígena. Um exemplo é a obra de José de Alencar, intitulada “Iracema” (1865) ela retrata a relação de um português, colonizador, com uma indígena. O livro é o reflexo de um processo majoritariamente misógino, uma vez que se trata da romantização do abuso sofrido por Iracema, também sofrido por muitas outras mulheres, especificamente no contexto da colonização. Essa visão por muito tempo foi considerada pela sociedade, de uma forma que até hoje ainda está sendo desconstruída. Conferir em RIBEIRO, Renato Janine. “Iracema ou fundação do Brasil”. In.: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6ª ed. ; 1ª reimpressão – São Paulo : Contexto, 2007.

¹⁰ A Conferência das Nações Unidas (COP) é um encontro que acontece anualmente e reúne lideranças de países do mundo todo para discutir as mudanças climáticas. A COP 27 aconteceu no Egito.

suas lutas, considerando que são pouco ouvidas, e quando ouvidas tantas vezes são descredibilizadas.

O reflexo dessa estrutura é visto nos espaços políticos do país. Atualmente o Congresso Nacional é composto por 91 mulheres, o que representa 17,7% das cadeiras, um número que cresceu se comparado aos anos anteriores, mas ainda assim é desigual, segundo Cerqueira (2022). Somente 4 dessas mulheres são indígenas, o que de fato é uma situação alarmante. À medida que as candidaturas de mulheres aumentam se consolida o movimento que busca essa maior integração da classe, no entanto, o número das que de fato são eleitas ainda reflete a predominância dos homens no contexto político do Brasil.

A crescente resistência dos movimentos refletida nas eleições representa também um avanço da consciência de que se faz necessário uma transformação que visa a equidade de gêneros, especialmente no que se refere aos espaços de tomadas de decisão, tendo em vista que as mulheres são plenamente capazes de exercerem todas as funções, ocuparem diferentes cargos, além de possuírem direitos igualmente aos homens.

Nas linhas que seguiremos acompanhar aspectos da trajetória de uma mulher, indígena, ativista das causas políticas relativas às lutas pela valorização dos povos originários. Herdeira do histórico combate que vem ocorrendo no Brasil, e na Amazônia contra toda e qualquer forma de dominação e exploração das etnias indígenas.

Vanda Witoto: Desafios e vivências de uma ativista indígena na Amazônia contemporânea.

Ao longo das nossas histórias, eu enquanto mulher indígena que ocupa um lugar na sociedade de representação. Dentro das nossas comunidades, as nossas vozes, as nossas atuações, sempre existiram, as forças das mulheres, os saberes das nossas anciãs, dentro do nosso território sempre foi algo muito presente. Porque são essas mulheres que são responsáveis por cuidar dos nossos territórios, cuidar da alimentação e educação de seus filhos (...) (WITOTO, 2021)¹¹

Vanda Ortega Witoto é uma indígena amazonense que hoje representa a força da mulher originária que lidera movimentos para integração dos povos indígenas na política do Brasil. Do povo Witoto, Vanda ou Derequine que significa Formiga-brava na língua Witoto, tem sua trajetória marcada pela busca de conhecimento da sua história

¹¹ Trecho retirado de entrevista concedida ao Canal: Flip- Festa Literária Internacional de Paraty: Mesa Redonda: O protagonismo das mulheres indígenas/ 12/11/2021. Disponível em: <
https://youtu.be/WI7OKmfY5wE?si=ObjZndP_P7aDmPTg >

e reafirmação de sua identidade, tornando essa uma questão coletiva, de modo que todo seu povo se reconheça também e volte a tornar viva sua ancestralidade e tradições.

Figura 1: Vanda Witoto em articulação em Manaus.



Fonte: Bruno Kelly, 2023.

Desde muito nova Witoto escutava de seus pais a importância da educação, por isso foi levada a sair de casa cedo, a comunidade de Porto Ortega, para estudar na capital do estado, Manaus. Tendo que passar por muitas casas como doméstica, para continuar na escola, concluiu os estudos e se formou em Técnica em Enfermagem. Mas só aos 26 anos soube que poderia entrar na Universidade para o ensino superior. Foi a partir desse momento que Vanda começa uma longa busca para conhecer a sua história e chega então na do seu povo Witoto¹². As palavras adiante foram feitas por Vanda Witoto durante uma entrevista que me foi concedida virtualmente:

Isso faz parte do meu processo, eu só tenho consciência de quem eu sou enquanto uma mulher Witoto, entendendo meu corpo político e as lutas dos nossos povos questionando o estado e partir disso me colocando enquanto uma mulher dentro desse processo político a partir do momento que eu tenho acesso à educação aos 27 anos. Eu vou pra universidade aos 27 anos e lá esse espaço me proporcionou a possibilidade de questionar tudo que eu vivenciava e as violências e negação dos direitos a partir disso.¹³

O fato de Vanda se encontrar como indígena e entender a sua história e as lutas do seu povo somente na universidade, se dá pelo silenciamento sofrido pelo seu povo durante muitos anos. Originalmente da Colômbia, a etnia Witoto foi alvo de ataques e

¹² Biografia de Vanda Witoto: MARILIA, Gabriela. **Vanda: Do Alto Solimões para o mundo.** 02ED/21, Manaus, 2021.

¹³ Entrevista realizada via Meet: Vanda Witoto, ativista política, 17/08/2023.

repressão¹⁴ o que levou ao apagamento de sua história. Nesse sentido, Vanda também relatou o marco que a sua busca significou para a sua comunidade, uma vez que a partir de suas pesquisas foi possível reconhecer as vivências e ancestralidade do povo Witoto, que por muito tempo estiveram omitidas na história.

Eu venho de um território que sua vivência é uma vivência Witoto, só que desse processo de violência do meu povo, onde a avó nos silenciou, proibiu os seus filhos e netos se afirmarem Witoto, porque ela foi perseguida, a cultura do meu povo foi dizimada na Colômbia, porque os Witoto originalmente são de Chorrera, que é o território ancestral do nosso povo, então, essa vinda do nosso povo pra cá fez com que minha vó se silenciasse, mas uma coisa que meu pai sempre fala, que a gente precisou se silenciar pra que a gente se mantesse vivo, esse corpo, mas que todo um conhecimento, toda uma vivência que a minha vó mantinha dentro do território, mesmo sem falar a língua, era uma forma de a gente manter viva essa memória, só que a gente não tinha realmente consciência, tipo, eu sempre soube que minha vó era uma mulher witoto, mas não entendia o que significava isso. (WITOTO, 2023)

Quando em Manaus escuta que por ser indígena tem direito a ir a universidade através do sistema de cotas, Witoto inicia sua saga inscrevendo-se no vestibular, buscando o documento que lhe falaram ser necessário nesse processo, o RANI:

Eu não sabia que eu tinha direito a ir, isso aos 26 anos, em 2015, aí eu falei “eu vou atrás disso pra saber”, quando eu encontrei o site da UEA, pedia um RANI, um documento que comprovasse que eu era indígena, aí eu falo com minha mãe, minha mãe lá pro interior e eu sozinha aqui por Manaus, aí eu falo “mãe eu tenho esse Rani?” Ela fala “tem minha filha”, eu falei “mãe manda pra mim, porque eu vou entrar na universidade com esse documento. (WITOTO, 2023)

O primeiro passo para entrar na universidade é dado quando sua inscrição é efetivada, e o segundo quando a prova é realizada. No dia do resultado Witoto é surpreendida com a aprovação no curso de Pedagogia na Universidade do Estado do Amazonas a partir das cotas¹⁵. Na universidade, Witoto começa a participar do movimento indígena na universidade e logo se torna uma referência, por ser mulher e indígena. Essa participação inicia no espaço acadêmico, mas logo se estende sociedade à fora. Mobilizando jovens indígenas da cidade, ela logo se encontra como uma

¹⁴ Durante o período da exploração da borracha iniciado por volta de 1912 até meados de 1929, diversos povos indígenas situados nas áreas de exploração, sofreram ataques e torturas. Entre eles, o povo Witoto, que na época se concentrava no Sul da Colômbia e nas fronteiras do país com o Peru e Brasil. Para fugir desses ataques, foram levados a migrar para espaços em que sua identidade não podia ser conhecida, pelo receio de serem encontrados. Conferir em: GOMES, Wenderson de Castro. **Identidade, Manifestação, território- estratégias de lutas e ré-existências dos povos indígenas do parque das tribos, Tarumã-Açu em Manaus-Am.** Disponível em: < https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Povo+Witoto+origem&btnG=#d=gs_qabs&t=1708653730048&u=%23p%3DiYT54_AWpz4J >

¹⁵ “Aos 31 de maio de 2004, o Projeto de Lei n.º 38/2004, transformou-se na Lei n.º 2.894, também conhecida como “Lei de Cotas da UEA” (UEA, 2015: 1). Ela estabeleceu a distribuição de vagas dividido em dez grupos de acesso, os quais associam critérios de histórico escolar (tempo de escola pública), territorial e étnico.” (ESTÁCIO, 2015, p.2)

liderança ativa que busca maior viabilização dos povos nativos, partindo da cidade até as comunidades e aldeias, iniciando com seu território Witoto.

E a partir do momento que eu ia fazendo as buscas isso ia... eu ia me apropriando da nossa própria história, porque a medida que eu fazia escuta do meu pai, das minhas tias, eu ia lendo a literatura da história de horror do meu povo, então eu fui sendo uma referência, inclusive na UEA eu sou uma referência do movimento indígena nessa questão de reafirmação, porque quando eu entro em 2016 eu era uma das poucas mulheres que se afirmou ali dentro e fomos agregando outras pessoas, então foi assim meu processo... desse lugar de universidade que a gente pode se reafirmar, se autoconhecer, buscar nossa história e mergulhar nessa afirmação. (WITOTO, 2023)

A partir desse processo inicial de conhecimento e mapeamento, Vanda entendeu que a necessidade de se fazer política dentro dos territórios indígenas é grande, ao longo da caminhada ela relata que existe uma estrutura social marcada pela desassistência do estado quando falamos de educação, os povos não entendem a importância dos seus direitos, porque as políticas de educação são mínimas e não entregam um ensino de qualidade para a população.

Esse é um primeiro problema que a gente tem, porque como a gente não discute política né, por esses discursos que quem está no poder direciona pra gente que a gente não sabe por que vota, o nosso povo não sabe por que vota. Não entende que é uma ferramenta de luta, de garantia de direito. Então esse é um primeiro problema que eu consigo perceber nessa caminhada política, ou seja, nós precisamos fazer um trabalho de base muito forte de educação política pra que a gente tenha uma pessoa eleita nessa Amazônia indígena, a gente precisa fazer um trabalho dentro dos nossos territórios muito importante que é falar da importância do nosso voto, pelas dificuldades que os nossos povos enfrentam no território, pelas injustiças, por exemplo, nós temos uma questão social e econômica que impactam nossos povos, assim “ferrenha” e a ausência de educação no território é bem complicada, então alinhando essas questões, nossos povos troca o voto por gasolina pra ir votar no dia da eleição. É uma triste realidade, então nosso parente quer que a gente dê gasolina, quer que o candidato compre o voto (WITOTO, 2023)

A educação nas comunidades é limitada e não é pensada para efetivação do processo de aprendizagem. São estratégias desenvolvidas para que o poder se concentre nas mãos da elite, uma vez que o acesso à educação de qualidade possibilitaria um amadurecimento da consciência das minorias, o que para o estado representa uma desvantagem quanto a formação da estrutura de poder.

São questões como essas que revelam a precariedade das comunidades e aldeias que levam Witoto a lançar sua candidatura para deputada federal, com o objetivo de mudar a realidade problemática dos seus, com um plano de governo pensado a partir de demandas indígenas, de modo que toda sociedade estivesse associada à sua luta. Sabe-se que a política atual ainda é marcada pela presença do patriarcado branco no poder, o que

influencia diretamente no processo de eleição, uma vez que essa estrutura beneficia os que tendem a sustentar essa hierarquia de poder.

Em torno desse cenário Witoto (2023) destaca ainda que na sua caminhada foi possível perceber o quanto a corrupção é marcante nesse processo, uma vez que a compra de votos é frequente, o que tornou a sua campanha ainda mais desafiadora. Chamada a se unir a esse tipo de política, ela precisou muitas vezes enfrentar lideranças que queriam corrompê-la. Por isso a atenção voltada para a juventude das comunidades que visitava, dado que eles representam uma parte da sociedade com perspectivas reais de mudança, essencialmente quando falamos da formação estrutural da sociedade futura.

A minha candidatura foi feita com jovens e mulheres, sobretudo. Eu não fui atrás das lideranças indígenas não, porque são todos corruptos, se vendem e negociam com os candidatos, não é a comunidade, eles recebem dinheiro do candidato, todas as lideranças indígena, amiga. É uma tristeza. Eles queriam negociar comigo, eu “pera lá cadê os jovens dessas comunidades, cadê as mulheres?” eu ia pras rádios comunitárias, boca de ferro e eu chamava as comunidades, que eu tava ali, que eu queria falar com eles e assim a gente

Fazer política em espaço predominantemente patriarcal, requer uma voz de liderança que entende a importância de mudar essa estrutura, Witoto representa essa voz que resiste e que traça caminhos para alcançar essa desconstrução política e reconstruir uma não corrupta, formada a partir das reivindicações do povo.

O Censo 2022, divulgado pelo IBGE apresentou dados relacionados a população do estado do Amazonas, que atualmente é 28,98% indígena, sendo assim, o estado que mais concentra povos originários do país. Apesar disso, o número de indígenas na política ainda é muito baixo. Se tratando em deputados ou deputadas indígenas eleitos (as), a participação é vista somente a nível de cidade, como no caso de vereadores e prefeitos, mas a nível estadual e regional ainda é algo a ser mudado. Vanda nas eleições de 2022 se apresentou com um potencial significativo para ser eleita, 25.000 votos, mas não foi o suficiente. Ainda assim Witoto (2023) pontuou a importância da sua candidatura que mobilizou milhares de pessoas, especialmente jovens:

Amazonas tendo a oportunidade de ter elegido uma deputada no ano de 2022, é o estado com maior população indígena do nosso país, dava pra eleger com voto indígena dois deputados federais, mas isso não aconteceu, tivemos pra primeira caminhada que fizemos, 25 mil votos, uma expressividade muito importante, porque eu sou a primeira pessoa indígena e sendo uma mulher a ter no Amazonas essa quantidade de votos. (WITOTO, 2023.)

O resultado da candidatura de Vanda, expressa na qualidade significativa de votos, é resultante de uma caminhada pensada para atender as demandas dos povos

indígenas aqui no Amazonas. Uma vez que Ortega desenvolve uma campanha que escuta essas vozes que há muito são negligenciadas, as suas ideias são abraçadas por essa minoria. Sendo uma mulher, é um feito ainda mais importante, considerando o recente ingresso das mulheres indígenas nos debates públicos.

Ao longo da entrevista abordamos os diversos processos que são envolvidos na história dos povos indígenas, que refletem na sociedade de hoje, quando falamos da violência que eles sofrem desde 1500, não limitamos às físicas, mas o silenciamento cultural que sofreram. Sobre isso Vanda destaca:

A gente tem um enfrentamento dentro dos nossos territórios, porque há um patriarcado que não é cultural, mas que parte da imposição da Igreja dentro dos nossos territórios, nas mudanças culturais que a própria Igreja traz pra dentro da nossa cultura e território (...) Pra mim um dos maiores impactos que vem da colonização, onde o Estado e a Igreja se unem para dizimar a nossa cultura, porque o plano da integração do Estado e da Igreja era matar a nossa língua uma vez que se mata essa cultura, a forma de pensar, você é absorvido pela ideia colonizadora ocidental, esse era o plano da Igreja. Quando nos batizaram, nos deram alma, porque a Igreja dizia que não éramos dignos de ir pro céu porque não tínhamos alma, considerados selvagens. (WITOTO, 2023)

Vanda trata desse processo chamado de catequização dos povos, e do batismo, que Paiva (2000) define como doutrinação dos indígenas, que leva os seus costumes tradicionais a serem transformados. É uma violação histórica vinda da colonização, que ainda é presente nos dias de hoje, considerando que o Estado, em muitos espaços ainda impõe normas que diminuem o saber e costume ancestral dos povos nativos. Existe uma ideia de superioridade difundida pelos brancos desde a invasão, esta é visível nas palavras de Caminha, na carta em que ele descreve os povos originários e a terra que hoje é o Brasil: “A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons-narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura” (CAMINHA, 1500) ao longo do relato é fácil notar que a inferioridade é imposta desde a chegada, reforçada ainda quando ele descreve: “O capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem-vestido e com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado”¹⁶. A sociedade de hoje, bem como toda sua estrutura social, política, cultural e econômica ainda carrega ideologias que se fundamentam em pontos de vistas como esse de Caminha.

Diante disso, Witoto assevera:

Nosso povo vive uma espiritualidade ancestral, que foi violado e negado durante todo esse processo [de colonização]. Substituíram todo o modo de vida do nosso povo e como ele dialoga com o seu sagrado. É uma história

¹⁶ BRASIL. Ministério da Cultura. A carta de Pero Vaz de Caminha. Brasília: MEC, 1500.

muito trágica de violência, expulsão de território e genocídio. (WITOTO, 2023)¹⁷

Assim Vanda, sente hoje as consequências dessa violência sofrida pelos seus desde a colonização, que é atrelada diretamente a sua trajetória de vida, esta que hoje é marcada por esse processo histórico de exploração. São problemáticas significantes e representam um grande desafio para quem pensa em minimizá-las e tornar a sociedade um lugar sem desigualdades e preconceitos.

Após traçarmos aspectos do caminho da ativista indígena Vanda Witoto, é o momento de mencionarmos acerca da trajetória de Txai Suruí, o que faremos na próxima seção.

“A cura dessa terra passa pela mão das mulheres indígenas”¹⁸ - Txai Suruí.

Meu nome é Txai Suruí, eu tenho só 24 anos, mas meu povo vive há pelo menos 6 mil anos na floresta Amazônica. Meu pai, o grande cacique Almir Suruí me ensinou que devemos ouvir as estrelas, a Lua, o Vento, os animais e as árvores. Hoje o clima está esquentando, os animais estão desaparecendo, os rios estão morrendo, nossas plantações não florescem como antes. A terra está falando. Ela nos diz que não temos mais tempo. Uma companheira disse: vamos continuar pensando que com pomadas e analgésicos os golpes de hoje se resolvem, embora saibamos que amanhã a ferida será maior e mais profunda? Precisamos tomar outro caminho como mudanças corajosas e globais. Não é 2030 ou 2050, é agora! Enquanto vocês estão fechando os olhos para a realidade, o guardião da floresta Ari Uru-Eu-Wau-Wau, meu amigo de infância, foi assassinado por proteger a natureza. Os povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática, por isso devemos estar no centro das decisões que acontecem aqui. Nós temos ideias para adiar o fim do mundo. Vamos frear as emissões de promessas mentirosas e irresponsáveis, vamos acabar com a poluição das palavras vazias, e vamos lutar por um futuro e um presente habitáveis. É necessário sempre acreditar que o sonho é possível. Que a nossa utopia seja um futuro na terra. (SURUÍ, 2021)

Walelasoetxeige Suruí, conhecida como Txai Suruí, da etnia Paiter Suruí do estado de Rondônia, é uma jovem que hoje aos 27 anos se destaca essencialmente no cenário do ativismo ambiental, como liderança de movimentos e voz ativa em encontros a nível nacional e internacional. As palavras que iniciam esta sessão foram feitas por Txai na COP26, em 2021 na Escócia. Essa representativa presente no discurso deram a uma jovem, mulher e indígena, destaque que há muito não foi dado a tantas outras vozes que lutaram para que os problemas que afetam a população indígena, além de toda a

¹⁷ Trecho de entrevista concedida ao UOL. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/07/03/como-vanda-witoto-reconnectou-seu-povo-apos-100-anos-de-silenciamento.htm> >

¹⁸ Utilizamos como subtítulo desta seção o tema do depoimento de Txai inscrito em DE FATO, Brasil. Txai Suruí: “A cura dessa terra passa pela mão das mulheres”. YouTube, 22/01/22 Disponível: <https://youtu.be/Kvno8kcGqJk?si=NWHW5ohfd3RmyZ-N>

humanidade, fossem de fato visualizados por aqueles que possuem o poder em suas mãos.

O ativismo de mulheres indígenas em espaços voltados para a luta que busca a conquista dos direitos dos povos indígenas e visa uma maior participação dessa minoria, atualmente é protagonizado por jovens mulheres Txai Suruí, que gradativamente elucidaram-se atuando nessas articulações. Com a convicção de que “A cura dessa terra passa pela mão das mulheres indígenas”, Txai entende e como liderança leva para os seus a importância da presença das mulheres indígenas nos espaços determinantes de luta, especialmente voltado para a preservação da floresta.

Figura 2: Txai Suruí durante discurso na COP26.



Fonte: Kamila Camilo, 2021.

As mulheres indígenas estão inseridas dentro de seus territórios, como uma base que organiza e hoje participa mais ativamente das articulações políticas, sociais, culturais e econômicas. Segundo a FAO¹⁹ (2018) as mulheres indígenas criam gado, cultivam, pescam e caçam para coletar alimentos para suas comunidades, além de serem consideradas as guardiãs de sementes e plantas medicinais. Mas elas cumprem ainda com maior primor a função de serem transmissoras do saber ancestral, são elas que preservam e mantêm viva a tradição de seus povos. E ainda assim, são isentas dos espaços políticos formais das tomadas de decisões.

¹⁹ FAO é a sigla da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, agência das Nações Unidas voltada para a erradicação da fome e pobreza.

As mulheres indígenas estão na vanguarda dos esforços locais e globais para proteger e defender esses territórios de imensa diversidade socioecológica - agindo na linha de frente dos movimentos e lutas populares e nas negociações internacionais sobre clima e processos políticos. (RIBEIRO, 2020, p.57)

Ribeiro (2020) pontua a relevância da mulher indígena no contexto de sobrevivência dos seus povos, além da organização que revela a sua importância no contexto político da sua comunidade, isto é, as mulheres indígenas são invisibilizadas na política formal, mas diariamente desenvolvem ações políticas. Acerca disso Perrot (2007) pontua que atuar no espaço público não é fácil para as mulheres, visto que são sempre levadas a viver sob domínio privado, e se falam mais alto logo são criticadas. Quando caminhamos nessa linha e chegamos ao desafio duplo da mulher e indígena, essa estrutura se intensifica, uma vez que as mulheres indígenas precisam lidar com enfrentamentos dentro de suas comunidades e na cidade, onde o racismo e machismo tendem a ser ainda mais perpetuados.

Em uma entrevista concedida ao Canal Brasil de Fato em 2022, Txai falou sobre a importância da luta das mulheres indígenas, essencialmente quando se fala em ativismo e luta pelos seus direitos, considerando a forte representatividade que elas trazem, que inclusive se destacou na COP26 no ano de 2021, quando a delegação brasileira foi formada em sua maioria por mulheres: “Hoje quem são os os grandes representantes dos povos indígenas você vai ver que são mulheres. Um dos grandes exemplos foi na COP, nós fomos a maior delegação indígena da história da COP26, na sua maioria eram mulheres.” (SURUÍ, 2022) Essa presença é evidenciada também através da atual Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, que desde 2022 exerce com resistência a tarefa de lutar pelos direitos dos seus povos.

Txai, por sua vez ocupa cargos em movimentos, instituições e departamentos, como exemplo o espaço que ocupa no departamento jurídico da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, entidade considerada referência em assuntos relacionados à causa indígena. Em 2021, Txai criou o Movimento da Juventude Indígena em Rondônia: “Querendo ou não a gente vive em um outro tempo, e hoje o nosso tempo é um tempo muito jovem. É um tempo muito tecnológico, muito rápido, que é uma coisa

muito diferente do que os nossos mais velhos viveram.”²⁰ A partir disso o objetivo da ativista é tornar a juventude mais ativa nesse cenário de luta.

Específico a mulheres indígenas, Txai enfatiza que a questão de gênero cada dia mais presente nos espaços de discussões é um campo complexo e aberto a diferentes percepções. Existe uma questão que diferencia a luta de mulheres indígenas da luta das mulheres brancas, em torno disso Txai pontua:

Não sei se a gente pode chamar de feminismo, porque o feminismo que tá posto ainda tá muito distante da realidade das mulheres indígenas. Porque quando a gente fala das mulheres indígenas, a gente fala dos mesmos problemas dos homens, criança... a gente vai falar da questão do território.²¹

Isto é, os desafios enfrentados pela mulher branca são voltados especificamente a uma desigualdade de gênero que deslegitima seus direitos, enquanto os da mulher indígena são voltados para uma questão que vai além desta, considerando que todos os povos originários, homens e mulheres são deslegitimados e silenciados. Isso, no entanto, não diminui a luta dessa minoria a um problema geral, porque ainda assim os enfrentamentos das mulheres permanecem sendo duplos.

Ademais, essa questão revela também o distanciamento das mulheres indígenas a conceitos e demandas criados pela sociedade, que muitas vezes desconsideram essas vozes, mesmo quando carrega uma luta com ideal semelhante, o de conquista por direitos e espaço. Isto significa, a discriminação ainda se faz presente mesmo em cenários de mobilização, visto que a população não-indígena ainda sustenta uma segregação que diminui e exclui a minoria indígena.

Ao se colocarem em espaços de luta para conquistar o seu direito, sua terra e a preservação desta, as mulheres indígenas como Txai, se colocam também como alvo de violência, por isso a trajetória se torna ainda mais desafiadora. Historicamente limitadas a um espaço e contexto, as mulheres precisam ser resistentes quando entendem a necessidade e importância de impor suas vozes para acabar com os estereótipos e limites que lhes são impostos.

²⁰ Trecho de entrevista concedido a: DE FATO, Brasil. Txai Suruí: “Não estão queimando só a Amazônia, estão queimando as pessoas de lá também”. 20/04/2022. Disponível em: <
[²¹ VIVA, Roda. Roda Viva| Almir Suruí e Txai Suruí | 29/11/2021. YouTube, 29/11/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/c685bptJSHo?si=u4sboqV0wDnvWacP>.](https://www.brasildefato.com.br/2022/04/20/txai-suru-i-nao-estao-queimando-so-a-amazonia-estao-queimando-as-pessoas-de-la-tambem#:~:text=Txai%20Suru%C3%AD%20foi%20a%20primeira,cada%20qual%20em%20seu%20territ%C3%B3rio.></p>
</div>
<div data-bbox=)

Considerações finais.

A estrutura social presente na Amazônia Brasileira ainda recorre aos séculos passados quando notamos a predominância do patriarcado no poder. As relações existentes na política brasileira também são hierárquicas e consistem em uma elite política oriunda dos séculos passados. A luta pela integração das camadas formadas pelas minorias, em um cenário mais determinante continua fazendo parte de um processo árduo que requer muita resistência. Mesmo o Brasil sendo um país multicultural, a sua estrutura não corresponde à sua diversidade étnica e cultural, dado o racismo ainda predominante.

As trajetórias analisadas aqui, as quais se apresentam em um cenário que evidentemente nos dá acesso ao contexto da Amazônia, retratam aspectos sustentados por um estado que oprime e silencia muitas classes, grupos e movimentos presentes neste meio. Ativistas, experienciaram ao longo da sua caminhada a predominância do estado branco e patriarcal, a nível nacional, cujo poder federal, anterior e atual, ainda beneficia àqueles que possuem uma posição privilegiada, social e politicamente, de modo que as diversas etnias do Brasil, por exemplo, tenham sua vida toda marcada pela luta para conquistar seus territórios, seus direitos e até mesmo para se manterem vivas.

Nesse contexto as mulheres indígenas representam uma minoria marcada por múltiplos enfrentamentos, mas que a cada dia se destaca ainda mais nas articulações que trazem perspectivas de mudanças nesse cenário tão desigual e discriminatório. O Amazonas, por exemplo, é o estado com mais movimentos indígenas do Brasil, e as mulheres são uma parte indispensável. Muitas comunidades hoje são lideradas por mulheres que buscam, com conhecimento, transformar seus povos naqueles que conhecem a sua história, valorizam sua ancestralidade e tradições, e não se rendem ao sistema que tanto oprime.

Ao longo da pesquisa talvez seja possível constatar a relevância da metodologia trabalhada, posto que a partir da entrevista com Vanda evidenciamos questões significantes para o contexto da política indígena atrelada a questão de gênero, especialmente no estado do Amazonas.

A trajetória de Vanda Witoto, marcada no início pelo reconhecimento da sua identidade e história, evidencia uma problemática de silenciamento sofrida pelo seu povo Witoto, e o processo de conhecer a sua ancestralidade e conseqüentemente se conectar com suas raízes, a levou a uma questão maior, a necessidade de lutar para mudar a realidade não só do seu povo, mas de todos os povos indígenas, uma vez que as

demandas das muitas etnias presentes no Brasil, compartilham das mesmas reivindicações. Nesse sentido, o ativismo de Witoto representa uma possibilidade significativa de mudança, pela força e resistência da sua voz e a vontade de fazer uma política justa, que muito agrega aos seus.

A vida e ativismo de Txai Suruí apresentam contextos e cenários de enfrentaremos dos povos indígenas, esses que vivem a mercê de uma política ainda muito misógina e excludente. Nesse sentido, o papel que Txai estando a frente de movimentos é indispensável não somente para seu povo, mas para a humanidade em geral, uma vez que os anseios ligados a questões ambientais afetam a todos.

Diante do que foi apresentado, conclui-se que a luta das mulheres indígenas no Brasil, faz parte de um processo que tende a percorrer longos anos para que de fato seus direitos sejam consolidados. Do início das mobilizações, na década de 80, até os dias de hoje, muito foi conquistado, levando em conta a possibilidade da candidatura de Vanda em 2022, e a presença de Txai em diversas articulações e encontros de grande destaque, no entanto, podemos constatar diariamente que a posição imposta a essa minoria, ainda é muito inferior, se comparada à trajetória dos homens.

O preconceito continua enraizado na estrutura social, de modo que muitas falas pejorativas são normalizadas, a inserção em cargos de alto escalão ainda são dificultadas, o respeito muitas vezes é negado, e a violência é recorrente. Para isso mudar, os movimentos indígenas, especialmente das mulheres precisa ser amparado por aqueles que possuem o poder, e reconhecido pela sociedade em geral, de modo que as vozes presentes neles sejam ouvidas e seus anseios considerado, para que de fato seja desconstruída a estrutura racista, machista e patriarcal da sociedade.

Referências Bibliográficas:

Fonte oral:

Vanda Witoto, 36 anos, ativista política da etnia Witoto. Via meet, 17/08/2023.

Artigos colhidos na rede mundial de computadores:

AMANTE, Vandrezza. 13 mulheres indígenas falam sobre as violências que enfrentam em seus territórios. 2021. Disponível em: < <https://catarinas.info/21diasdeativismo-a-luta-das-mulheres-indigenas-pelo-pais/#:~:text=Entremerasituacoesde,retiradadaguardadecrianças>>. Acesso em: 28 de set. de 2023.

AM, G1. Amazonas tem 29% da população indígena em novo Censo do IBGE. 2023. Disponível em: <
<https://g1.globo.com/google/amp/am/amazonas/noticia/2023/08/07/amazonas-tem-29percent-da-populacao-indigena-em-novo-censo-do-ibge.ghtml>> Acesso em: 30 de out. de 2023.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade. "Marco Temporal" das Terras Indígenas e a discussão de aspectos jurídicos do Projeto de Lei nº 2.903, de 2023. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Junho 2023 (Texto para Discussão nº 318). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>.

CENÇO, Bruna. Com cerca de 8 mil participantes, termina a III Marcha das Mulheres Indígenas. 2023. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?86824/Com-cerca-de-8-mil-participantes-termina-a-III-Marcha-das-Mulheres-Indigenas>>. Acesso em: 14 de out. de 2023.

CERQUEIRA, Carolina. Representação feminina na Câmara dos Deputados cresce 18%. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/representacao-feminina-na-camara-dos-deputados-cresce-cerca-de-18/>>. Acesso em: 30 de out. de 2023.

DE FATO, Brasil. Txai Suruí: “A cura dessa terra passa pela mão das mulheres”. YouTube, 22 de jan. 2022. Disponível:
<https://youtu.be/Kvno8kcGqJk?si=NWHW5ohfd3RmyZ-N>

DE FATO, Brasil. Txai Suruí: “Não estão queimando só a Amazônia, estão queimando as pessoas de lá também”. 20/04/2022. Disponível em: <
<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/20/txai-surui-nao-estao-queimando-so-a-amazonia-estao-queimando-as-pessoas-de-la-tambem#:~:text=Txai%20Suru%C3%AD%20foi%20a%20primeira,cada%20qual%20e%20seu%20territ%C3%B3rio.>>

ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. A presença indígena no Ensino Superior: A experiência da Universidade do Estado do Amazonas. Anpuh, Florianópolis, p. 1-14, 2015.

FAO: mulheres indígenas precisam ser ouvidas nas decisões que afetam suas vidas. Unic Rio, 18 de out. 2018. Disponível em: <https://unicrio.org.br/fao-mulheres-indigenas-precisam-ser-ouvidas-nas-decisoes-que-afetam-suas-vidas/>

FLIP- Festa Literária Internacional de Paraty: Mesa Redonda: O protagonismo das mulheres indígenas/ 12/11/2021. Disponível em: <

https://youtu.be/WI7OKmfY5wE?si=ObjZndP_P7aDmPTg >

G1. IBGE aponta que 76,7% dos índios são alfabetizados. 2012. Disponível em:

<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/ibge-aponta-que-767-dos-indios-sao-alfabetizados.html>> Acesso em: 30 de out. de 2023.

GOMES, Wenderson de Castro. Identidade, Manifestação, território- estratégias de lutas e ré-existências dos povos indígenas do parque das tribos, Tarumã- Açu em Manaus- Am. Disponível em: <

https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Povo+Witoto+origem&btnG=#d=gs_qabs&t=1708653730048&u=%23p%3DiYT54_AWpz4J >

RO, G1. Quem é Txai Suruí, indígena e única brasileira que discursou na COP26. 02 jan. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/google/amp/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2021/11/02/quem-e-txai-suru-i-indigena-e-unica-brasileira-que-discursou-na-cop26.ghtml>> Acesso em:

05 jan. 2024.

RIBEIRO, HEIDI MICHALSKI. As Mulheres Indígenas na Regulação do Clima da América Latina: caminhos para um Direito ecológico / HEIDI MICHALSKI RIBEIRO ; orientador, José Rubens Morato Leite, coorientador, Fernanda de Salles Cavedon-Capdeville, 2020.

155 p.

STANISK; FLORIANE; SILVA. A Metodologia da História Oral e o Uso em Pesquisas Etnoecológicas. Terra Plural, Ponta Grossa, v. 9. N. 1, 2015. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/7452>>

SOUZA, José Gilberto de. A questão indígena: acumulação por espoliação e monopolização do território (a economia política do agronegócio. Revista Prima Facie, João Pessoa-CCJ-PPGCJ-UFPB 12 (22), 1-42, 2014.

VERDUM, Ricardo. (org.) Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas. Brasília: Inesc, 2008.

VIVA, Roda. Roda Viva| Almir Suruí e Txai Suruí | 29/11/2021. YouTube, 29/11/2021.

Disponível em: <https://www.youtube.com/live/c685bptJSHo?si=u4sboqV0wDnvWacP>.

VOGUE. Vanda Ortega, do povo Wiloto, na Vogue de setembro: "Demarcação já!"

<https://vogue.globo.com/amp/atualidades/noticia/2020/09/vanda-ortega-do-povo-wiloto-na-vogue-de-setembro-demarcacao-ja.html> >

ZOIA, Alceu. O movimento social indígena e a conquista da escola intercultural. Revista Observatório, Palmas, v.7, n.1, p. 1-13. Março, 2021.

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; **Usos e Abusos da História Oral**: Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 182-191.

LASMAR, Cristiane. **Mulheres Indígenas: Representações**. Revista Estudos feministas, v.7, n. 1 e 2, 1999.

MARILIA, Gabriela. **Vanda: Do Alto Solimões para o mundo**. 02ED/21, Manaus, 2021.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. “**Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios**”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.31, n.2, 92873, 2023.

PAIVA, José Maria de. **Transmitindo cultura: A catequização dos índios no Brasil, 1549-1600**. Revista Diálogo Educacional, Vol 1, num 2, julho-diciembre, 2000, pp 1-22. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Paraná, Brasil.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa São Paulo: Contexto, 2007.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. Mnemosine, vol. 6, n° 2, p. 2-13 (2010). Departamento de Psicologia Social e Institucional/UERJ.

RIBEIRO, Renato Janine. “Iracema ou fundação do Brasil”. In.: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6ª ed. ; 1ª reimpressão – São Paulo : Contexto, 2007.